CASTRO ALVES: UM POETA SEMPRE JOVEM

ABOLIÇÃO E IMAGENS DA ÁFRICA

Saulo Matias Dourado¹

Instituto Federal da Bahia

Em entrevista à *Revista Revestrés*, publicada em 26 de novembro de 2023, Alberto da Costa e Silva foi questionado se Castro Alves, objeto de um ensaio biográfico seu, mereceria mesmo a alcunha de “poeta dos escravos” e se a descrição dos negros nos poemas do autor baiano seria “realista”. A resposta resume a tensão da leitura sobre a obra romântica de Castro Alves, analisada neste artigo, a partir da chave de leitura proposta pelo embaixador, historiador e poeta.

Vejamos a resposta:

Não, não é realista, mas ele merece o título. Castro Alves foi vital na luta pela abolição, foi um personagem importantíssimo. Ele estava [...] contaminado pela estética de seu tempo, mas isso não faz com que deixe de ser um grande poeta, um escritor de paisagens extraordinárias, e que não tenha sido também o grande poeta da abolição [...] As pessoas leem mal o Castro Alves. O navio negreiro a que ele se refere é o Brasil!²

A intenção de fazer justiça ao poeta, por uma leitura atual de sua obra, deve justificar o aparecimento de *Castro Alves: um poeta sempre jovem*, publicado pela Companhia das Letras em 2006 como parte da coleção “Perfis Brasileiros”, quando se completavam quarenta anos sem uma nova biografia sobre o famoso símbolo do romantismo. Pedro Calmon, com *Castro Alves: o homem e a obra*, lançado em 1973 por ocasião do

1 Escritor, professor do Instituto Federal da Bahia/Campus Irecê e pesquisador bolsista em educação pela FGV/DGPE, autor do romance histórico *O borbulhar do gênio* (Ed. Caramurê, 2018). É doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFBA.

2 Alberto da Costa e Silva, “O poeta filho do poeta”, *Revista Revestrés*, Teresina, 26 nov. 2023. .

centenário de morte do poeta, um livro de atualização de sua *História de Castro Alves*, de 1947, concluía, sem o saber, uma esteira de grandes tentativas de recontar a vida do poeta em livro, que se iniciara com Rui Barbosa em *Elogio do Poeta*, de 1881, e passara por nomes eminentes das letras como Xavier Marques, Afrânio Peixoto e Jorge Amado. Entre os anos 1940 e 1950, período de centenário de nascimento de Castro Alves, estudos biográficos como os de Agripino Grieco, Lopes Rodrigues, Heitor Ferreira Lima e Jamil Almansur Haddad faziam da jornada lendária e da poesia incisiva do jovem baiano uma discussão de ordem do dia. Alberto da Costa e Silva retomou o fio.

A escolha do título do livro é reveladora de sua intenção em reabilitar e atualizar interpretações sobre a obra do escritor baiano. Por mais que pareça uma imagem um tanto óbvia vincular Castro Alves à sua juventude, uma vez que o poeta viveu intensamente entre 1847 e 1871, o “sempre jovem” colocado em um título, na primeira década do século XXI, indica uma proposta para torná-lo novamente “jovem” ao público-leitor de então. Se poderia haver poeira sobre a casaca do autor baiano, a partir de uma compreensão idílica de sua ação enquanto poeta, homenageada em sessões de erudição convencional e declamada em eventos que não recobram mais o seu espírito rebelde e que mais o vinculam a uma elite econômica convencional, o ensaio biográfico de Alberto Costa e Silva recompõe o epíteto de “poeta político” a Castro Alves, em suas contradições de vida e obra, e o coloca como grande voz emotiva do espírito abolicionista do século XIX.

As contradições biográficas

Como movimento de atualização do biografado, Alberto da Costa e Silva investe em assumir a contradição de Castro Alves, sem idealizá-lo e sem acobertar as lacunas próprias da elite econômica à qual o personagem fazia parte. Na última grande biografia sobre o poeta, anterior à de Alberto da

Costa e Silva, Pedro Calmon fez a seguinte promessa de prólogo: “Este livro é diferente dos outros livros que descrevem a vida fulgurante de Castro Alves. A sua originalidade consiste na verdade documental: é um retrato feito à luz nova – isto é, à velha e autêntica luz própria”.³ Não duvidamos da palavra fiada pelo historiador e político baiano, inclusive porque a documentação por ele coletada não sofreu atualizações significativas com o tempo. Contudo, em algumas ocasiões, as interpretações preferiram o caminho do “fulgor” do biografado, à luz de uma visão de “civilização brasileira” que hoje se faz empolada.⁴ Há três exemplos: 1) a origem desconhecida da avó materna do poeta; 2) o suposto caráter heroico na vida pessoal de Castro Alves em relação à libertação de uma escravizada; e 3) a ocultação da herança do tráfico negreiro na economia do poeta.

No primeiro caso, há uma discussão antiga na bibliografia crítica de Castro Alves em relação à identidade da mãe de Clélia Brasília, que não consta em nenhum registro. Seu avô, o eminente Major Silva Castro, conhecido como Periquitão, personagem da Independência da Bahia, comandando a “Tropa dos Periquitos” no Recôncavo Baiano em 1823, teria engravidado dois anos depois, em Currálinho, fazenda na altura da atual cidade de Castro Alves, uma mulher que a historiografia ignora a procedência. Desde Xavier Marques, em *Vida de Castro Alves* (1911), tal mulher seria identificada como uma espanhola, provavelmente cigana, de nome Ana Viegas. Tal suposição fez Lopes Rodrigues (1947), em seu primeiro tomo da trilogia sobre Castro Alves, escrever um capítulo sobre a psicologia do poeta a partir dessa herança ibérica em sua genética, o que influenciou um estudo exclusivo sobre o tema, em 1977, chamado *Sangue espanhol nas veias de Castro Alves*, de Vivaldo Cairo. Também Jamil Almansur Haddad se empenhou por elaborar uma origem genealógica do

3 Pedro Calmon, *História de Castro Alves*, São Paulo: José Olympio, 1947, v. 1, p. 5.

4 Pedro Calmon é autor de ensaios de interpretação da formação do Brasil, como *História da Civilização Brasileira*, livro publicado originalmente em 1933.

poeta por sua ascendência espanhola mourisca, mas sem uma base material, a não ser uma etnografia das características físicas de Clélia Castro.⁵

Em *História de Castro Alves*, Pedro Calmon confirma que um relato da irmã Adelaide de Castro Alves a Afrânio Peixoto, em 1922, indica que essa avó seria “bonita, espanhola”, e que possuiria “negros cabelos, olhos garços, a nostalgia das almas emigradas, certas linhas de beleza típica”.⁶ Em nota de rodapé, Calmon diz que a família supõe que Ana Viegas teria casado anos depois com outro homem, da família Soares: “A ilustre sra. D. Anfrísia Santiago pesquisou em vão nos cartórios baianos estas indicações, encontrando apenas, nos *livros de Santo Antônio além do Carmo*, o registro nupcial de Ana da Costa e Martinho Soares, em 15 de Novembro de 1828”.⁷ Não havia nenhum sobrenome Viegas, embora Pedro Calmon garanta que existissem vários na cidade da Bahia, originadores da “rua da Mouraria”. Ao final da nota, o autor escreve: “A referência racial, à margem (do registro) acentua a hipótese, que continua, entretanto, aberta às pesquisas documentais”.⁸

Alberto da Costa e Silva não conclui sobre o que não há documentação, mas traz indícios outros, próprios do contexto, de filhos gerados fora do matrimônio. Ainda era comum, no interior da Bahia, “modos de vida dos pioneiros”, em que “rapazes raptavam as moças”, “padres tinham amásias” e relações entre senhores e pessoas de outras classes, como escravizadas ou trabalhadoras livres da circunvizinhança, geravam filhos ilegítimos que eram integrados à casa. Costa e Silva encerra o assunto com

5 Jamil Almansur Haddad, *Revisão de Castro Alves*, São Paulo: Saraiva, 1953, 3v. Marcos Vinícius Fernandes, em estudo sobre as influências da poesia espanhola na obra de Castro Alves, escreve que, a partir das interpretações de Rodrigues, Haddad e Cairo, “predomina [...] a abordagem do estudo textual pelo biografismo, ressaltando-se a ascendência espanhola do escritor, espelhada numa imagem mítico-literária, não muito claramente definida”. Marcos Vinícius Fernandes, “Punhal, capote e sombreiro: recepção e ressignificação do mito de Don Juan na obra literária de Castro Alves”, Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018, p.76.

6 Calmon, *História de Castro Alves*, pp. 22-23.

7 Calmon, *História de Castro Alves*, p. 23.

8 Calmon, *História de Castro Alves*, p. 23.

uma frase insinuada: “Havia, contudo, quem dissesse, e há ainda quem diga, que Clélia devia a sua cor morena a sangue negro ou mouro”.⁹ Afinal, por que o esforço de uma explicação tão lendária, por que a suposição de um elo europeu em uma vila na zona rural do Recôncavo, quando há possibilidades tão mais simples, mas talvez não tão enobrecedoras para a visão de intérpretes anteriores?

Narra-se um passeio do poeta com alguns amigos nos arredores de Curalinho, já em seu tempo de regresso por doença, quando teriam se deparado com um grupo de escravizadas sendo conduzidas por um vendedor. Na ocasião, Castro Alves, por impulso de libertação, teria adquirido uma das escravizadas para alforriá-la, o que é um dos episódios de certo heroísmo em sua vida pessoal. Contudo, sobra a questão: por que o poeta teria lamentado tanto a opressão sobre aquela escravizada em especial, quando a seu redor existiam inúmeras outras em condições semelhantes, nas ruas, nas casas, nos comércios? Há um elemento na cena que eleva o conflito para o poeta e para os amigos, um elemento que é relevador do teor racista da visão geral, mesmo entre aqueles que buscavam outras formas de relações sociais: a jovem cativa é “quase branca”. Alberto da Costa e Silva a retrata, quando comenta as características branqueadoras da heroína negra de Castro Alves em sua peça épica, *Gonzaga ou a Revolução de Minas*: “Uma versão diz que o poeta apresou-se em adquiri-la para alforriá-la. Outra, igualmente plausível, conta que os rapazes começaram a censurar o vendedor, um importante fazendeiro local, por estar a oferecer no mercado uma jovem branca. Este, após forte pressão dos rapazes, teria acabado por conceder-lhe a liberdade”.¹⁰

Em *História de Castro Alves*, Pedro Calmon retrata o episódio conforme lhe foi contado por uma dita testemunha, o Sr. Davino da Silva Figueiredo, na matriz da cidade de Castro Alves, em 1937:

9 Alberto Costa e Silva, *Castro Alves: um poeta sempre jovem*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 10.

10 Costa e Silva, *Castro Alves*, p. 69.

[Castro Alves] Propôs uma vez aos parceiros que desbaratassem a feira de escravos do tenente-coronel Manuel Lafundes, que de longe os trazia, em lotes, para vender retadalhadamente aos fazendeiros. É que havia no meio deles uma rapariga quase branca. Como ousava apregoar essa Haideia parda? Diz-se que, embaraçado ou convencido, o negociante a liberou.¹¹

Em nota de rodapé, o historiador baiano descreveu a testemunha como uma “bela estampa de homem trigueiro”, notabilizado por essa história que publicou no jornal *O Social* de Cachoeira, n. 164, em 29 de novembro de 1936: “A família do poeta desconhecia essa história”, diz Calmon, ao fim da nota. A escolha da expressão “Haideia parda” para descrevê-la parece ser uma colocação de Calmon, com uma referência cruzada com a Haidée de Lord Byron, que se apaixona por Don Juan.¹²

O elemento da vida pessoal de Castro Alves, não apontado ou apontado sem qualquer ênfase nos ensaios biográficos anteriores, é o vínculo indireto que o poeta mantinha com fortuna produzida por tráfico negreiro. Após a morte de Clélia, o pai, dr. Antônio Alves, conheceu uma vizinha viúva, dona do maior casarão da rua do Sodré, d. Maria Ramos Guimarães. Os dois se casaram em 1862, e Castro Alves, ainda conhecido em sua mocidade como Cecéu, chegou a conviver com a madrastra antes de embarcar para prestar exame na Faculdade de Direito do Recife.

Maria Ramos devia o seu último sobrenome ao português Francisco Lopes Guimarães, proprietário de navios negreiros que havia enriquecido com o tráfico escravo. Ele morreu já no período de maiores prejuízos do comércio de africanos, quando o cerco do Império Britânico tornou o negócio menos viável. Ainda assim, deixou para a mulher um palacete, imóveis, navios e 145 contos de réis. Pedro Calmon não apontou que a nova residência do Dr. Antônio Alves seria herança advinda da

11 Calmon, *História de Castro Alves*, p. 22.

12 Sobre as escolhas ambíguas de termos na obra de Pedro Calmon e sobre a sua visão vacilante a respeito do papel do negro na civilização brasileira, ver: Mariele S. Araújo, “A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon – 1922/1933”, *Dissertação (Mestrado em História)*, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006, [↗](#).

esposa e nem descreveu este homem nas minúcias próprias de seu estudo. Descreveu apenas que o palacete “fora de um negociante rico, cujo comércio marítimo necessitara desse torreão sinaleiro, acima das verdes colinas de Brotas”.¹³

Durante a viuvez, d. Maria continuou, enquanto foi possível, à frente dos negócios do falecido marido, incluindo aqueles relacionados ao tráfico de escravos, caso fossem verdadeiras as suspeitas do cônsul britânico. Em 1852, a “Viúva Lopes” estava entre as 28 pessoas listadas como ainda envolvidas no comércio clandestino de escravos na Bahia. Ao casar-se com o também viúvo dr. Alves, já não se envolvia com comércio, mas administrava as rendas adquiridas, e assim o fez também com as finanças do atual marido, que se desorganizaram na tentativa idealista de financiar a construção de um hospital na cidade, em uma época em que pessoas abonadas eram tratadas em casa e somente cativos ou indigentes eram cuidados em hospitais. Sendo assim, a renda mais proeminente da casa passou a ser de d. Maria. Quando o dr. Alves faleceu, em 1866, foi ela quem passou a financiar a faculdade de Cecéu e a enviar o dinheiro capaz de sustentá-lo na capital de Pernambuco, e depois em São Paulo.

Alberto da Costa e Silva pede, por sua vez, que não cause “estranheza” o fato de um dos maiores poetas abolicionistas ter a sua trajetória financiada pelos ganhos com o comércio de pessoas escravizadas. Na cidade da Bahia, uma família de posses dificilmente teria acumulado fortuna de outra forma, em meados do século XIX.

Salvador vivera até 1850 na dependência do tráfico negreiro. Quase todos, dos maiores aos mais miúdos, estavam com ele comprometidos. Cada qual dos grandes homens de negócios armava o seu navio para ir comerciar na Costa da África. Os remediados contratavam parte da carga de um barco ou adquiriam parcelas de um empreendimento. Os pequeninos faziam suas encomendas de três, dois ou até mesmo um só escravo. O tráfico negreiro estimulava todas as atividades econômicas: era o motor da cidade.¹⁴

13 Calmon, *História de Castro Alves*, p. 57.

14 Costa e Silva, *Castro Alves*, p. 22.

O filho mais velho de d. Maria com o português negreiro, Francisco Lopes Guimarães Júnior, desposou a mais velha das irmãs de Castro Alves, Elisa Alves. Ao morrer, em 1871, o poeta foi enterrado no mausoléu da família Lopes Guimarães, administrado por d. Maria, e teve os seus restos mortais transpostos, somente cem anos depois, para os pés da sua própria estátua, na Praça Castro Alves, no topo da Ladeira da Montanha, em Salvador.

Imagens da África em Castro Alves

É particularmente fascinante nesta biografia de Castro Alves o capítulo dezessete, “As imagens da África”, em que temos a oportunidade de ver um africanista do porte de Alberto da Costa e Silva se debruçar sobre o imaginário do abolicionista para analisar as representações do continente africano ali projetadas. A comparação entre a perspectiva poética do romantismo brasileiro e a realidade histórica e geográfica do continente africano revela muito sobre as limitações na interação entre o Brasil e seu povo, cuja maioria era descendente de africanos. Mesmo um dos espíritos mais voltados à expressão da causa negra, dentre as vozes da elite nacional, não conseguia ultrapassar a visão que um poeta europeu como Heinrich Heine ou Victor Hugo teria. Demonstra-se como uma boa parte da narrativa abolicionista, apesar de sua louvável força moral, estava profundamente limitada pelas concepções coloniais predominantes da época.

Castro Alves descreve uma África que é menos uma representação da realidade e mais um reflexo das influências culturais europeias às quais estava exposto. Isso fica claro na idealização geográfica e cultural do continente nos poemas do autor romântico, como em certas passagens de “O Navio Negreiro” e “Vozes d’África”. O poeta projeta uma imagem da África como vasta extensão desértica, árida, povoada por símbolos de desolação e sofrimento, que pouco tem a ver com as regiões da costa do

continente, nas atuais Nigéria, Benim ou Angola, de onde vieram na sua maioria os africanos para o Brasil.

Os escravizados são descritos como aqueles que foram levados através de um “areal extenso”, um “oceano de pó”. Uma caracterização profundamente imersa no imaginário romântico europeu, especialmente influenciado pelo orientalismo francês do século XIX, em que se uma África vista ao norte pelos franceses como se fora ao Sul. Trata-se de imagens do Saara, como se os africanos tivessem percorrido do Egito ao Marrocos, para atravessar o oceano, capturados e cativos, rumo aos portos do Brasil. Escreve Castro Alves em *Vozes d’África*:

Qual Prometeu tu me amarraste um dia
Do deserto na rubra penedia
– Infinito: galé! ...
Por abutre – me deste o sol candente,
E a terra de Suez – foi a corrente
Que me ligaste ao pé...

O cavalo estafado do Beduíno
Sob a vergasta tomba ressupino
E morre no areal.
Minha garupa sangra, a dor poreja,
Quando o chicote do *simum* dardeja
O teu braço eternal.¹⁵

O poeta invoca o Simum, forte vento que atravessa o calor seco do Saara, presente em pinturas românticas do século XIX, como *Simum sobre o Deserto*, de David Roberts (1838), em vez do Harmatã, “que bafeja do deserto para o sudoeste e era o vento a que estavam acostumados muitos dos escravos africanos no Brasil”. Nesse sentido, a “África de Castro Alves era uma ampliação, para todo o continente, da África do Norte. Do Egito. Da Líbia. Da Argélia, ocupada pelos franceses desde 1830”.¹⁶

15 Antonio de Castro Alves, *Poesias completas* (Introdução de Jamil Almansur Haddad; organização, revisão e notas de Frederico José da Silva Ramos), 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1960, p. 541.

16 Costa e Silva, *Castro Alves*, pp. 120-121.

Ao fazer a África descrever-se a si mesma, Castro Alves confirma uma compreensão que hoje ressoa tão improvável:

Mas eu, Senhor!... Eu triste abandonada
Em meio das areias esgarrada,
Perdida marcho em vão!
Se choro... bebe o pranto a areia ardente;
talvez... p'ra que meu pranto, ó Deus clemente!
Não descubras no chão...

E nem tenho uma sombra de floresta...
Para cobrir-me nem um templo resta
No solo abrasador...
Quando subo às Pirâmides do Egito
Embalde aos quatro céus chorando grito:
“Abriga-me, Senhor!...”¹⁷

Num texto anterior à publicação de *Castro Alves*, Alberto da Costa e Silva faz uma concessão à visão de Castro Alves sobre a África, com um adendo. Ele argumenta, ali, que o comércio de escravos não conectou apenas as costas que se opunham ao Atlântico, mas também penetrou profundamente no interior do continente, levando pessoas de regiões mais afastadas, como as áreas próximas aos desertos e às savanas, até o Brasil. Muitos dos escravizados que foram trabalhar em lugares como Minas Gerais e Goiás tinham origem no interior da África. Dessa forma, os versos de Castro Alves, que se referem aos escravos vindos de regiões áridas, não seriam tão incorretos. “O poeta sabia do que falava, quando, em ‘O navio negreiro’, descreveu os cativos a dançarem no convés como ‘filhos do deserto’”¹⁸.

Com a biografia, Alberto da Costa e Silva se torna menos concessivo às imagens do poeta sobre a África, ao contrapor a visão colonialista introjetada no romantismo consumido e elaborado por Castro

17 Castro Alves, *Poesias completas*, p. 543.

18 Alberto da Costa e Silva, *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*, 5ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011 (e-book), capítulo “O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX”.

Alves. A região assim retratada seria uma projeção das representações europeias que privilegiavam a dramaticidade do deserto, um imaginário moldado pela literatura francesa, inglesa e alemã, isto é, pelo imperialismo do século XIX, que exaltava uma África exótica, desumanizada e sem história própria. A ênfase em um continente desolado, ligado ao deserto, reflete essa perspectiva distorcida, que desconsiderava a diversidade humana e geográfica do continente, inclusive as florestas tropicais, as praias oceânicas, ignorando regiões como a bacia do Congo e as áreas costeiras da África Ocidental, paisagens que de fato eram vistas pelos africanos desembarcados no território brasileiro.¹⁹

Castro Alves, assim, exageraria a visão trágica e estereotipada, que se encaixava na narrativa abolicionista que pretendia mobilizar o público brasileiro da época. A África seca e desesperada do poeta era mais adequada ao drama da denúncia e do horror da escravidão, mas, ao fazê-lo, a representação se distanciava da experiência concreta dos negros no Brasil e assim ignorava o seu verdadeiro ponto de vista. Repercutia-se a linhagem de narrativa em que os africanos são vistos somente a partir do sofrimento presente, enquanto as raízes e o passado dos escravizados seriam ignorados e desprovidos de um sentido de história. De certo modo, a dramaticidade era necessária à causa, mas há perdas de compreensão desse “outro”.

Apesar das descrições afetuosas sobre a relação entre o menino Cecéu e a mucama Leopoldina, dos tempos de infância na fazenda, e da lealdade do pajem Guilherme que o acompanhou por boa parte da fase adulta, é provável que o poeta não tenha conversado sobre sentimentos ou sobre o passado com africanos, presentes aos milhares nas capitais por onde passou. Ele não conheceu (ou negligenciou) os personagens a quem quis vocalizar, como em “A canção do africano”, com estrofes construídas em primeira pessoa, evocando um banzo da terra perdida, mais uma vez sob o sol ardente e sem palmeiras para fazer sombra. Pareciam mais possíveis a imaginação e o diálogo internos com livros que cruzavam o

19 Costa e Silva, *Castro Alves*, p. 121.

Atlântico, a ponta mais ao Norte do Atlântico, do que o conhecimento de pessoas que poderiam ser chamadas por um gesto ou por um olhar: “Não é de surpreender que Castro Alves não tenha tido contato maior com escravos. É certo que os africanos estavam em todos os lugares, e alguns deles, junto aos senhores na maior parte do dia. Mas os mundos de uns e de outros eram distintos e quase sempre contrários, ainda que corressem colados”.²⁰

A afirmação de Alberto da Costa e Silva sintetiza, por fim, uma estrutura social com camadas invisíveis que sustentavam uma dinâmica absurda, e para tanto evoca a imagem cinematográfica de dois mundos que estão no mesmo espaço e não se tocam, a não ser em confronto, pela punição ou pela resistência. Territórios paralelos, mas sobrepostos. Talvez seja sintomática a escolha do livro de cabeceira de Castro Alves, quando doente, no quarto do solar do Sodré, uma obra sobre “a poética do espiritismo” de Allan Kardec.²¹ Para além da visão transcendente em que possivelmente quisesse se agarrar em sua passagem para a morte, havia uma curiosidade por entender uma realidade em que dois tipos de seres convivem, mas não se enxergam, os encarnados e os desencarnados, os vivos e os fantasmas.

O espírito abolicionista

Apesar das contradições evidentes na vida e na obra de Castro Alves, é inegável que ele foi uma figura essencial para o movimento abolicionista no Brasil. Se, por um lado, sua visão de África e dos africanos se encontrava impregnada por estereótipos românticos e coloniais, por outro, sua poesia foi criada para ser declamada em voz alta e ecoar em teatros e praças, versos contundentes contra o ultraje da escravidão, então o problema nacional por excelência. Castro Alves se fez, assim, o grande

20 Costa e Silva, *Castro Alves*, p. 117.

21 Costa e Silva, *Castro Alves*, p. 153.

poeta que conseguiu tornar cromático e melódico, em palavras, o que se discutia nas fechadas salas da Faculdade de Direito e nos salões abertos dos teatros, fosse em Recife ou São Paulo, nas reuniões maçônicas, nos jantares oferecidos por senadores liberais.

Castro Alves é uma figura única pela coragem que demonstrou ao denunciar a escravidão de forma explícita e apaixonada, num contexto em que o medo da revolta escrava ainda pairava sobre a sociedade brasileira. Como relembra Costa e Silva, as lembranças da rebelião dos malês de 1835 e o temor de um levante semelhante ao ocorrido no Haiti permeavam o imaginário dos senhores. Mesmo assim, Castro Alves usou suas palavras para desafiar a elite escravocrata, transformando o escravizado em herói e defensor de sua própria liberdade. Longe de fazer belas letras com a causa, em poemas como “Bandido Negro”, ele não hesitou em subverter os valores da sociedade da época, enaltecendo a figura do cativo vingador.

Trema a terra de susto aterrada...
Minha égua veloz, desgrenhada,
Negra, escura nas lapas voou.
Trema o céu ... ó ruína! ó desgraça!
Porque o negro bandido é quem passa,
Porque o negro bandido bradou:

Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.
Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.

Dorme o raio na negra tormenta...
Somos negros... o raio fermenta
Nesses peitos cobertos de horror.
Lança o grito da livre coorte,
Lança, ó vento, pampeiro de morte,
Este guante de ferro ao senhor.

Cai, orvalho de sangue do escravo,
Cai, orvalho, na face do algoz.

Cresce, cresce, seara vermelha,
Cresce, cresce, vingança feroz.²²

Imagens tão claras, se ditas hoje, “cinematográficas”, contavam com sua oralidade única: “Quando declamava para o grande público, os assistentes tinham ‘arrepios de assombro’, diz Carlos Ferreira, nele vendo ‘mais um semideus do que um poeta’”.²³ Em “O Navio Negroiro”, recitado por ele em 7 de setembro de 1868, Castro Alves ofereceu ao público uma visão de época sobre o horror partilhado a toda volta. Embora o tráfico atlântico tivesse sido formalmente encerrado em 1850, o tráfico interno ainda era uma realidade, e a linguagem de Castro Alves falava diretamente a essa dor, porque se a escravidão continuava, o navio continuava em pleno mar. A escolha da data para a récita não era leviana: tratar a Independência nacional a partir da imagem do navio que capturou negros na costa africana por séculos é uma performance audaciosa.

Alberto da Costa e Silva dedica um capítulo da biografia somente para o poema “O Navio Negroiro”, em que pausa a narrativa para admirar, e para ensaiar uma crítica literária que tanto transmita seu sentimento em ouvir os versos internamente, como se continuassem declamados, quanto estabelece relações com a grande tradição poética da época.²⁴ Aqui a emoção de Costa e Silva enquanto leitor se revela: “É em voz alta que esse poema em seis movimentos, cada um deles a pedir uma inflexão diferente, trabalha em nós e nos comove e nos revolta”. Em uma crescente, a partir de um sobrevoos sobre esse navio negroiro, que é o próprio “Brasil escravocrata”,²⁵ e uma imersão nos porões sujos onde se encontram essas pessoas que passam a formar esse país, vítimas desse mesmo país, o poema escala

22 Castro Alves, *Poesias completas*, p. 480.

23 Costa e Silva, *Castro Alves*, p. 178.

24 Para o crítico Alberto da Costa e Silva, Castro Alves replica em “O Navio Negroiro”, com grande originalidade, vários outros poemas, como “Les nègres et les marionnettes”, de Pierre-Jean de Béranger (1780-1857), “The Slave Ship”, de John Greenleaf Whittier (1807-1892) e, com mais incidência, “Das Sklavenschiff”, de Heinrich Heine (1797-1856), um dos poetas que Castro Alves mais leu e releu (p. 104).

25 Costa e Silva, *Castro Alves*, pp. 97-98.

para uma apoteose que emociona “os que o ouviram na voz do poeta – e nos emociona até hoje”, nesse trecho escolhido por Alberto da Costa e Silva:

Ontem plena liberdade,
A vontade por poder...
Hoje... cúm’lo de maldade,
Nem são livres p’ra morrer.
Prende-os a mesma corrente
— Férrea, lúgubre serpente —
Nas roscas da escravidão.
E assim zombando da morte,
Dança a lúgubre coorte
Ao som do açoite... Irrisão!...

Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...
Ó mar, por que não apagas
Co’ a esponja de tuas vagas
Do teu manto este borrão?
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão!...²⁶

Ao fim dos anos 60 do século XIX, somente Cuba, sob domínio espanhol, e o Brasil eram escravistas nas Américas. O Brasil, então, era o único país independente a manter a escravidão no continente, e a associação do poema com a data da Independência possuía mais este agravante. “Esse prático isolamento não parecia incomodar os brasileiros. A escravidão era tida como necessária, quando não justa”. Nesse sentido, Castro Alves não estava integrado a uma onda literária do momento, não partilhava do abolicionismo como se fosse um movimento irrefreável; pelo contrário, enquanto a literatura tentava nacionalizar-se por histórias de amor urbanas, pela paisagem idílica e pelo indígena idealizado, Castro

26 Costa e Silva, *Castro Alves*, p. 109.

Alves intrometia o tema do negro e da escravidão, com uma linguagem nova.²⁷

Naquela ocasião, “era possível contar, entre políticos e intelectuais, os que [à escravidão] se opunham ou sonhavam com a sua extinção”. O historiador contextualiza:

Quando Castro Alves começou a publicar e a dizer poemas abolicionistas, a sensibilidade do público se dobrava à qualidade de seus versos, mas não, provavelmente, ao peso de suas ideias. A maioria da plateia devia considerá-las esdrúxulas, extravagâncias de poeta, e dificilmente se via a imaginar um país sem escravos. A escravidão era um fato normal da vida, estava ali para sempre.²⁸

Faz parte das contradições do espírito nacional uma parte da plateia ter ido às lágrimas durante a declamação de “O Navio Negreiro” e retornar à casa para, provavelmente, pedir à mucama que fizesse um chá para os nervos, do mesmo modo como faria em qualquer outro dia. Ou a ocasião em que a peça *Gonzaga ou a Revolução de Minas* foi encenada no teatro São João, em Salvador, também em 7 de setembro, mas de 1867, e o público clamava o autor para coroá-lo com os louros, de mensagem escrita: “Ao gênio!”. Pouquíssimos dentre eles teria cogitado a abolição presente na trama, nem talvez tenha tornado pesaroso o fato de que sua fortuna provavelmente ser conectada com o tráfico negreiro.

Por esse caminho, Castro Alves, que era um poeta múltiplo, que compunha versos de amor e cantigas românticas replicados nos cadernos de poesias das moças das décadas de 1860 em diante, fez uma escolha audaz ao canalizar o seu talento para uma causa que ainda não se fortalecera nacionalmente.²⁹ Trata-se da escolha social de um poeta político, “um republicano que não aceitava a menor das restrições às liber-

27 Costa e Silva, *Castro Alves*, pp. 46; 187.

28 Costa e Silva, *Castro Alves*, p. 179.

29 O escritor Cuti, em um artigo em formato de epístola para “Secéu”, resume: “Não foste o poeta para os escravizados, mas foste o poeta sobre os escravizados, como só poderia ser, na tua condição de branco, escrevendo num tempo de profundo desdém dirigido à humanidade dos africanos e afrodescendentes no País”. Cuti (Luiz Silva), “Castro, ouves a poesia negra?”, *Scripta*, v. 1, n.2 (1998), pp. 201-210.

dades públicas”, que acreditava que a “poesia fora criada ‘para chorar a humanidade’”, nas palavras de Castro Alves, “e para ser ‘o brado ardente contra os usurpadores dos direitos do povo’”.³⁰

A ênfase de Alberto da Costa e Silva sobre Castro Alves, em entrevista à *Revista Revestrés*, então tem o seu lugar. Ele merece o título de “poeta dos escravos”, ainda que haja lacunas em seu imaginário sobre as pessoas escravizadas, que ele não tenha atravessado a ponte entre os dois mundos, ainda que não seja um representante “orgânico”, como o foi Luís Gama, também em versos.³¹ Afinal, diante das plateias, quando famoso por ser um poeta de porte declamatório único, por ser visto como um igual perante seus pares da elite econômica, por ser o amante de uma das atrizes mais conhecidas do país, Eugênia Câmara, e assim fazer-se notícia dos jornais Brasil afora, ele foi o vetor de uma denúncia contundente e o anunciador de uma abolição que não era certa. “Só ao longo dos anos seguintes [a 1860] irá, pouco a pouco, crescer a oposição ao regime escravista, graças em grande parte à pregação dos jovens. E aos poemas de Castro Alves”.³²

doi:10.9771/aa.v0i70.65871

30 Costa e Silva, *Castro Alves*, p. 43.

31 Luís Gama e Castro Alves foram contemporâneos em São Paulo, no ano de 1868. Embora o rábula fosse mais velho, era frequentador de reuniões entre os mais jovens e profundamente admirado pelos estudantes abolicionistas da Faculdade de Direito de São Paulo, onde Castro Alves então estudava. A troca entre o experiente Luís Gama e os moços da elite econômica se prova pela colaboração conjunta dele e do colega de Castro Alves, Rui Barbosa, de apenas 19 anos, com o jornal republicano do Partido Liberal. Ver *Radical Paulistano*, nº 1, ano 1, 12 de ago. 1869, ao nº 26, ano 1, de 13 de nov. 1869.

32 Costa e Silva, *Castro Alves*, p. 46.